



15.novembro.2018 – 09h30m

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Reitor da Universidade dos Açores

**Recebidos por:** Alexandre Quintanilha (Presidente da Comissão) António Ventura (PSD) Porfírio Silva (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

**Assunto:** Compromisso com a Ciência e o Conhecimento e [Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019

**Exposição:** O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha (PS) cumprimentou o Reitor e informou dos tempos fixados para a audiência.

O Senhor Reitor da Universidade dos Açores expôs que a julho de 2012 a Universidade dos Açores assinou um contrato com o Estado Português com vista à concessão de um empréstimo; que em outubro de 2013 a Universidade dos Açores e o Governo acordaram um plano de recuperação financeira que impunha, nomeadamente a redução dos docentes; e que a Universidade cumpriu na íntegra com o acordado, enquanto o Governo deixou de o fazer. Por tal motivo, alega não conseguir pagar uma despesa de 150 mil euros.

No que respeita às valorizações remuneratórias, referiu que a Universidade e o Governo assinaram um compromisso em que o Governo assumiu o pagamento de todas as despesas resultantes de ato legislativo. A Universidade dos Açores não tem capacidade financeira para suportar o encargo com as valorizações remuneratórias, pretendendo que o Governo reforce o Orçamento da Universidade.

Por fim, expôs que a proposta de orçamento de Estado para 2019 é deficitária em 802 mil euros, informando que neste momento a Universidade dos Açores tem *deficit* zero e só precisa de verba em função das alterações legislativas, como sejam as relacionadas com as valorizações remuneratórias e com a integração dos precários, não percebendo o porquê da referida verba não ser colocada como transferência do orçamento de Estado.

Abordou, ainda, duas outras questões, próprias da insularidade, nomeadamente a possibilidade de acesso a verbas respeitantes à modernização administrativa em programas nacionais; e os custos que decorrem da própria insularidade, estimados em mais 30% face às universidades do continente.

O Senhor Deputado António Ventura (PSD) abordou as questões associadas ao custo que decorre do facto de a Universidade dos Açores ter 3 polos; aludiu ao incumprimento da República

perante o esforço feito pela academia dos Açores, considerando que outra alternativa não existirá que não a de encaixar no orçamento de Estado aquilo que são as necessidades funcionais da Universidade.

“O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) lamentou a falta de acesso atempado à documentação instrutória da presente audiência, que chegou ao correio eletrónico dos Deputados pouco antes da audiência. Feita esta reserva, colocou, de seguida, perguntas específicas relacionadas com o contrato de empréstimo celebrado em 2012, bem como sobre o programa de recuperação financeira datado de 2013, com vista a averiguar quem, de ambas as partes, se comprometeu e quais os exatos termos do compromisso assumido, questionando, ainda, se a dívida se extinguiu em 2018. Questionou, por fim, quanto às diligências que teriam sido feitas para possibilitar o acesso da Universidade dos Açores aos programas com fundos comunitários.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que tanto o seu Grupo Parlamentar, como o Grupo Parlamentar do PSD, deram nota do problema do subfinanciamento e endividamento do Ensino Superior ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na audição regimental, tendo obtido a resposta de que seriam várias as instituições nestas condições e que teria sido já assinado um despacho com vista ao reforço da verba da Universidade dos Açores. Referiu, por fim, que o Ministro disse compreender o problema e estar disponível para resolver. Por tal motivo, apenas questionou se teria ocorrido já uma reunião com vista à resolução dos problemas.

A Senhora Deputada Ângela Moreira (PCP) salientou que o seu Grupo Parlamentar sempre defendeu que o Estado não se pode desresponsabilizar da sua obrigação, pelo que irão analisar a documentação entregue com vista a proposta para amenizar a situação. Terminou, sublinhando que preocupa o seu Grupo Parlamentar o facto de uma universidade ser forçada a contrair um empréstimo ao Estado com a finalidade de cumprir com o seu fim, a Educação.

O Senhor Reitor prestou os necessários esclarecimentos, referindo que a informação fornecida não é nova e que apenas sustenta os cinco pontos que expôs. Referiu que também não percebe o contrato de empréstimo celebrado, pois que tratando-se de uma universidade pública é o Estado que paga ao próprio Estado, sendo certo que na prática o empréstimo funcionou como um reforço orçamental, uma vez que a Universidade cumpriu com as suas obrigações contratuais. No que respeita aos programas operacionais, apenas suscita questões no acesso ao programa relacionado com a modernização administrativa, ao qual não têm acesso. Por fim, salientou que não dispõe de nenhuma informação para além da retirada da audição regimental



Comissão de Educação e Ciência

---

do Ministro, referindo que a Secretaria do Ministro terá informado ainda estar em falta a resposta do Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) interpelou a mesa no sentido de solicitar o envio de documentação que permita aferir quem é que do lado do Estado Português terá assumido os compromissos referidos pelo Senhor Reitor.

Esta audiência foi objeto de gravação áudio, disponível para audição na [página da Comissão na internet](#), o qual constitui parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2018

A assessora  
*Ágata Leite*